

## Apresentação

---



No século XXI, estar incluído digitalmente é uma forma de ampliação das possibilidades de participação. Parece ser condição mínima para viver em uma sociedade que interage em forma de rede, em que as possibilidades de empregabilidade e de participação política estão cada vez mais imbricadas com a disponibilidade para acessar e para ser acessado. As políticas de inclusão, de um modo geral, têm o objetivo de criar as condições de participação social, política e econômica daquelas pessoas que, por diferentes motivos, estão à margem. As políticas de inclusão digital, por sua vez, além de ampliarem tais condições, ocupam na atualidade o centro dos debates sobre os níveis de desenvolvimento das nações; sobre o potencial das pessoas e dos países em estabelecer relações financeiras, de mercado, de trabalho, sociais, etc; sobre a capacidade de investimentos em políticas educacionais voltadas para a formação do cidadão deste século. Nesse contexto, não só a educação institucionalizada se torna um espaço profícuo para a propagação de ações que visam a promover a inclusão digital, tanto de alunos e professores quanto da comunidade escolar, como também a relação entre inclusão digital e educação se constitui em uma temática potente de ser pensada e problematizada.

Além de destacarmos a emergência da temática abordada neste dossiê, iniciamos esta apresentação pontuando também alguns dos aspectos que não constituem o foco desta coletânea. Com isso, queremos dizer que é a proposta não é avaliar as políticas, definir um conceito de inclusão digital; bem como não se trata de ser contra a inclusão digital ou a favor dela. O que se trata aqui é de tensionar as práticas que hoje se constituem em torno da temática da inclusão digital no campo da educação. Embora reconheçamos que há uma gama de experiências que mostrem a produtividade do uso das tecnologias digitais nas escolas, tanto para a promoção do ensino e da aprendizagem quanto da inclusão, enfatizamos que não é o nosso objetivo dar esse enfoque. Queremos fazer circular produções de pesquisas sobre o tema da in/exclusão digital, a partir de distintas abordagens sobre o tema, tornando complexo o debate para além das questões valorativas – ser contra ou a favor, etc. Portanto, temos como objetivo principal problematizar a dimensão política das práticas que constituem a temática da ID na educação, além de tensionar o caráter in/excludente de tais práticas.

A proposta do dossiê emerge da propagação da ideia de que a inserção das tecnologias digitais na educação reverteria a condição de exclusão digital a qual são vinculados alguns escolares, especialmente alunos e professores das escolas públicas. A concepção de inclusão digital como garantia de acesso às tecnologias digitais nos parece já ter sido superada. No entanto, é frequente a divulgação de dados estatísticos que relacionam o número de computadores, *smatphones*, *tablets*, etc. por indivíduos no país. Estatísticas dessa natureza, em geral, relacionam o número de indivíduos com acesso às tecnologias digitais à elevação do grau de inclusão digital da população e, por conseguinte, à elevação da condição econômica do país. Nesse sentido, compreendemos que a análise da dimensão política da inclusão digital fornece elementos que aprofundam as discussões acerca de quem são os incluídos e os excluídos digitais na atualidade. Isso porque entendemos que um indivíduo pode ser considerado incluído digital por ser usuário das e ter acesso às tecnologias digitais e à banda larga, porém ser excluído por suas limitações acerca das relações que é capaz de estabelecer com os demais usuários da rede, por exemplo. Dessa forma, a noção de in/exclusão digital nos parece adequada e pertinente para designar tal condição.

Na noção de in/exclusão estão abarcados tanto o acesso às tecnologias digitais quanto as relações estabelecidas por meio desse acesso. Com isso, queremos dizer que pelas reflexões contidas neste dossiê fica evidente que a compreensão de ID está para além do acesso às

tecnologias digitais, pois tais reflexões contemplam as formas de se relacionar com as tecnologias e com a internet, com o outro e de se posicionar os sujeitos dentro de um gradiente social de participação. Em outras palavras, ressaltamos que um indivíduo pode ser considerado incluído digital por ter acesso às TDs e à internet, mas pode ser considerado excluído no que se refere às formas como se relaciona, por meio da própria tecnologia, com os outros. Portanto, inclusão e exclusão são práticas que não se anulam, mas que mantêm uma relação de imanência entre si. Partindo da compreensão de que inclusão e exclusão não são práticas que se opõem, mas que ganham sentido a partir da existência da outra, reunimos artigos que desdobram e potencializam tal compreensão, fazendo-nos perceber a produtividade de discutir in/exclusão digital na atualidade.

Nas discussões aqui reunidas, a temática da in/exclusão digital é desdobrada a partir de diferentes concepções teóricas, porém tendo como eixo comum a análise em torno da concepção de ID. No artigo intitulado *Discursos sobre a inclusão digital*, a discussão é fomentada a partir do par inclusão/exclusão e das ressignificações que a expressão inclusão digital vem sofrendo nas últimas duas décadas. Nessa problematização é demonstrado como a inclusão/exclusão, especialmente no âmbito da educação institucionalizada, por meio de políticas como o OLPC (*One Laptop per Child*) e como o ProUca (Programa Um Computador por Aluno), esta última no Brasil, aparece relacionada ao atraso/progresso como parâmetros de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a autora demonstra que tanto os discursos sobre a inclusão quanto a discussão sobre as políticas de inclusão só fazem sentido se considerarmos de antemão a existência da exclusão. Por essa linha, a sucessão de políticas inclusivas que presenciamos acabam mantendo a condição relacional entre incluídos e excluídos e funcionando como produtoras das desigualdades.

Essa necessidade do Estado brasileiro de impelir esforços na propagação de ações de inclusão, especialmente de inclusão digital, nas escolas públicas, como forma de alavancar o país à condição de nação em desenvolvimento, também é discutida em *A promoção da inclusão digital e a constituição do sujeito Homo oeconomicus accessibilis*. Nesse artigo, a partir do entendimento de que a inclusão e conseqüentemente a exclusão são invenções modernas, é constituída a grade de leitura para problematizar a produção do *Homo oeconomicus accessibilis*. Este é um sujeito cujo comportamento deve estar afinado ao uso das tecnologias digitais e da internet. Na discussão é ressaltado que a produção desse tipo de sujeito cria as condições de possibilidade para que outras formas de condução das condutas sejam postas em funcionamento.

A discussão apresentada em *Inclusão digital, controles, vigilâncias e linhas de fuga*, também parte do entendimento de que inclusão e exclusão são invenções do nosso tempo e, assim como abordado nos artigos anteriores, que uma só faz sentido quando contraposta à outra. Além disso, parte do entendimento de que a ampliação dos usos de ambos os termos acaba por provocar o enfraquecimento de sua potência política, assim como coloca em jogo concepções de sociedade e de mundo. A partir de uma abordagem em torno da invenção e popularização da internet, a autora demonstra como a criação de uma rede descentralizada, como a internet, cria as condições de possibilidade para a emergência de mecanismos sofisticados de controle. E, sob a abordagem de diferentes pesquisadores, é tensionada a expressão inclusão e a importância da inclusão digital como estratégia de condução das condutas e de produção de subjetividades, o que potencializa a discussão acerca da escola enquanto *locus* privilegiado para as práticas de inclusão digital. No artigo, é defendida a ideia de que a inclusão digital deve ir além da disponibilidade de acesso, de letramento digital e do comportamento adequado nas redes sociais. Ações mais avançadas são necessárias, no sentido de instrumentalizar os indivíduos para que eles sejam capazes, por meio dos recursos do ambiente digital, de se empoderarem e construir novas armas para as novas lutas que se constituem na atualidade.

*Os graus de inclusão digital: as crianças, os jovens e a brecha digital* agrega às discussões e às produções brasileiras sobre a in/exclusão digital os achados de uma pesquisa realizada no Reino Unido, publicada até este momento somente na língua inglesa. A pesquisa mostra que variáveis como idade, gênero, perfil socioeconômico, habilidades no uso da internet, etc. estão relacionadas aos gradientes de inclusão digital. Por esse motivo, no artigo é argumentado que tais variáveis precisam ser consideradas quando se discute a inclusão/exclusão digital. A expressão

*brecha digital é utilizada* no sentido de marcar a divisão ou a fissura utilizada para fazer referência aos indivíduos considerados incluídos/excluídos digitais, o que reforça a ideia de que a rotulação simplificada dos indivíduos como incluídos ou excluídos digitais não faria sentido. Dessa forma, os dados problematizados nesse artigo fortalecem a necessidade de que se discuta o caráter relacional da in/exclusão digital. Os resultados da pesquisa demonstram que uma criança ou um jovem podem ser considerados incluídos sob a verificação de uma variável – por exemplo, locais que têm acesso à internet – e excluídos quando considerada uma outra variável – por exemplo, quando comparada a crianças ou jovens da mesma idade e classe econômica, porém de outro sexo.

O artigo *La inclusión digital y la educación en el Programa Conectar Igualdad* traz uma reflexão acerca da inserção do uso das tecnologias digitais a partir da implantação, na Argentina, do Programa Conectar Igualdad, semelhante ao ProUca, desenvolvido no Brasil, desde 2010. De forma semelhante ao que aconteceu em nosso país, os argentinos presenciaram, a partir da década de 2000, uma proliferação de políticas voltadas para a promoção da inclusão digital na educação pública que tem como um de seus objetivos a inserção e manutenção dos jovens na escola pública. Assim como a problematização desenvolvida no artigo anterior, nesse caso também são consideradas outras dimensões – como idade, gênero, fator econômico e capital cultural – que, segundo a autora, precisam ser incorporadas à discussão sobre a inclusão digital. Os resultados obtidos a partir da pesquisa nas escolas argentinas demonstraram que o fator econômico, assim como as novas configurações familiares, a diversidade cultural, etc., é decisivo com relação ao acesso aos bens culturais.

Em *Educação e inclusão digital: consistências e fragilidades no empoderamento dos grupos sociais*, também é defendida a ampliação do conceito de inclusão digital para além da fluência tecnológica e do acesso aos recursos tecnológicos e à conexão em rede e o entendimento de que a inclusão digital é uma das dimensões da inclusão social. Os argumentos apresentados no artigo estão pautados em reflexões a partir de diferentes teóricos que discutem o conceito de inclusão digital. A partir de tais reflexões, do conceito freireano de empoderamento e do conceito de inclusão digital, as autoras enfatizam a importância do papel da educação no entrelaçamento do letramento digital e o empoderamento dos grupos sociais como forma de construção da autonomia dos grupos sociais.

No artigo *Tecnologias digitais e estratégias comunicacionais de surdos: a inclusão digital numa perspectiva bilíngue*, os autores discutem as tecnologias assistivas na educação de surdos, a partir de dados extraídos de uma pesquisa com pessoas surdas que utilizam tecnologias da informação e da comunicação para se comunicarem em português escrito. A partir do conceito de bilinguismo, mostram o potencial das tecnologias para o desenvolvimento da língua portuguesa, na modalidade escrita, para o desenvolvimento do português como segunda língua para os surdos. Argumentam que por meio das tecnologias de informação e comunicação, bem como a partir de uma concepção bilíngue para surdos, é possível perceber um esquema de transformação capaz de orientar as políticas de inclusão digital dirigidas para o povo surdo.

Desde a perspectiva da saúde mental e da atuação do pedagogo em tal contexto, o artigo *Saúde mental e web rádio: processo de inclusão digital* possibilita que pensemos a inclusão digital nos processos de reabilitação social. Os autores, ao discutirem resultados de pesquisa, afirmam que o trabalho com a web rádio possibilitou processos de autonomia e de ensino e aprendizagem capazes de interferir positivamente na reabilitação dos sujeitos em sofrimento psíquico atendidos pelo Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Também argumentam o lugar da pedagogia entre os profissionais que atuam no CAPS, dando destaque para as ações de inclusão e de inclusão digital vividas na experiência pesquisada.

O artigo que finaliza este dossiê, *Fundamentos e agenda da inclusão digital no Brasil: pesquisas em Educação*, tem como ponto de partida o interesse manifestado, na atualidade, por pesquisadores acerca da temática da inclusão digital. Mais especificamente, políticas relacionadas ao uso das tecnologias digitais na educação, que são utilizadas como pano de fundo para a discussão desenvolvida, isso porque os autores constatam que a agenda de pesquisa está diretamente relacionada às políticas públicas. O termo agenda é utilizado no sentido de um conjunto de políticas públicas de um período

determinado e voltado para uma questão social específica e também como resultado que pode se somar aos estudos sobre inclusão digital. O objetivo da investigação apresentada é compreender a consistência do termo inclusão digital a partir de fundamentações e pressupostos teóricos em teses e dissertações da área da educação, nos anos 2000. O enfoque se dá sobre a maneira como são abordadas as discussões em torno do uso das tecnologias digitais na educação e sobre qual o conceito de inclusão que está relacionado com a inclusão digital.

CARINE BUEIRA LOUREIRO  
MAURA CORCINI LOPES